

▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

A empresa INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita sob CNPJ de Nº 16.820.967/0001-50, com sede à Rua Praia das Gaivotas, nº. 310, Lote 35, Quadra 415, Sala 01, Vilatur, Saquarema RJ, CEP: 28.992-152, neste ato representada por seu representante legal PAULO FERNANDO DA SILVA SOUZA, portador do CPF Nº 112.040.647-17, vem, tempestivamente, perante o ilustríssimo Sr. Pregoeiro, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra decisão da CPL – Comissão Permanente de Licitação, em desclassificar a empresa INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, nos itens 1 e 2, pelo motivo dos modelos ofertados não atenderem o Termo de Referência, sendo a intenção do recurso:

1. Sr. Pregoeiro. Gostaria de manifestar intenção de recurso para os itens 1 e 2. O modelo que consta em nossa proposta atende o termo de referência. Ocorre que houve um erro material, que é passível de correção/esclarecimento. Na proposta, o modelo que consta no item 1, se refere ao item dois, e modelo que consta no item dois, pertence ao item um. Trata-se de um erro perceptível, ou seja, qualquer pessoa pode identificá-lo, que não prejudica o teor oferta. Acórdão 2239/2018-TCU

I. FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se o processo licitatório, realizado no município de Saquarema/RJ, abertura das propostas em 25/10/2023, que tem como objeto "Aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município", ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 001/2023.

II. DO ERRO MATERIAL

A empresa INVISTA BUSINESS, apresentou em sua proposta inicial, um erro material de fácil percepção de qualquer pessoa, em relação do modelo do produto ofertado.

Tal erro material não prejudica o teor da oferta e custos.

Conforme detalhamos a seguir:

Modelos apresentado na proposta inicial:

Item 01: Or Design/ 3301

Item 02: Stilos Móveis / Cadeira Diretor 4475228

O erro material, trata-se, em que o modelo informado no item 01 (um), se refere ao item 02 (dois).

E o modelo informado no item 02 (dois), se refere ao item 01 (um).

Erro material de fácil percepção, uma vez que os modelos informados, foram consultados, para análise das propostas e conforme termo de referência trata-se de layout bem diferentes uma da outra.

Modelos a serem considerados:

Item 01: Stilos Móveis / Cadeira Diretor 4475228

Link de outras empresas que comercializam o mesmo produto:

<https://www.madeiramadeira.com.br/cadeira-diretor-giratoria-reclinavel-com-braco-em-jserrano-preto-4475228.html?index=prod-poc-madeira>

Item 02: Or Design/ 3301

Link de outras empresas que comercializam o mesmo produto:

<https://www.google.com.br/search?q=Or+Design%2F+3301>

Valores ofertados pela empresa Invista Business:

Item 01 – 12 Unidades x R\$ 332,25 = R\$ 3.987,00

Item 02 – 03 Unidades x R\$ 432,33 = R\$ 1.296,99

Temos, assim, que um simples erro formal, passível de correção, por parte da licitante não pode ser motivo suficiente de desclassificação.

O Tribunal de Contas da União possui diversos Enunciados neste sentido:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário).

Podemos ainda citar os itens 10.4 e 10.5.2 do Edital:

10.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com,

no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
10.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

III. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer ao Sr. Pregoeiro:

1. Que a empresa Invista Business, seja classificada para os itens 1 e 2, uma vez que os modelos ofertados atendem ao termo de referência e apresentou melhor preço das concorrentes.

Sem mais,
Pede deferimento.

Saquarema RJ, 07 de novembro de 2023.

PAULO FERNANDO DA SILVA SOUZA
CPF: 112.040.647-17
SÓCIO ADMINISTRADOR

[Voltar](#) [Fechar](#)



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

RECURSO ADMINISTRATIVO

Requerente: INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Referente ao Processo nº 13.113/2023

Pregão Eletrônico nº 001/2023

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023, interposto pela empresa **INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, inscrita sob CNPJ de Nº 16.820.967/0001-50, com sede à Rua Praia das Gaivotas, nº. 310, Lote 35, Quadra 415, Sala 01, Vilatur, Saquarema RJ, CEP: 28.992-152, neste ato representada por seu representante legal PAULO FERNANDO DA SILVA SOUZA, portador do CPF Nº 112.040.647-17, vem apresentar o Recurso Administrativo.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 25/10/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 10/10/2023, encerrando-se em 31/10/2023. Assim, assistindo ao item 13 e subitem do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entroposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 13.113/2023 de pregão eletrônico para aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município.

I - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“A empresa INVISTA BUSINESS, apresentou em sua proposta inicial, um erro material de fácil percepção de qualquer pessoa, em relação do modelo do produto ofertado.

Tal erro material não prejudica o teor da oferta e custos.

Conforme detalhamos a seguir:

Modelos apresentado na proposta inicial:

Item 01: Or Design/ 3301

Item 02: Stilos Móveis / Cadeira Diretor 4475228

O erro material, trata-se, em que o modelo informado no item 01 (um), se refere ao item 02 (dois).

E o modelo informado no item 02 (dois), se refere ao item 01 (um).

Erro material de fácil percepção, uma vez que os modelos informados, foram consultados, para análise das propostas e conforme termo de referência trata-se de layout bem diferentes uma da outra.

Modelos a serem considerados:

Item 01: Stilos Móveis / Cadeira Diretor 4475228

9/



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Link de outras empresas que comercializam o mesmo produto:

<https://www.madeiramadeira.com.br/cadeira-diretor-giratoria-reclinavel-com-braco-em-jserrano-preto-4475228.html?index=prod-poc-madeira>

Item 02: Or Design/ 3301

Link de outras empresas que comercializam o mesmo produto:

<https://www.google.com.br/search?q=Or+Design%2F+3301>

Valores ofertados pela empresa Invista Business:

Item 01 – 12 Unidades x R\$ 332,25 = R\$ 3.987,00

Item 02 – 03 Unidades x R\$ 432,33 = R\$ 1.296,99

Temos, assim, que um simples erro formal, passível de correção, por parte da licitante não pode ser motivo suficiente de desclassificação. "

Resposta ao Recorrente:

Inicialmente cabe registrar que compete a Administração Pública por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão o atendimento aos princípios administrativos, e ainda, segundo o art. 2º do Decreto Federal 10.024/2019, que regulamenta esta modalidade de licitação e estabelece que o pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão de DESCLASSIFICAÇÃO da recorrente INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA.

1 - Dos motivos que levaram à desclassificação da proposta da licitante:

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um princípio jurídico que estabelece que os licitantes estão vinculados às condições estabelecidas no edital de licitação. Isso



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

significa que eles devem cumprir todas as exigências e requisitos previstos no edital, que é o documento que estabelece todas as regras e condições para participação no processo licitatório.

Um dos efeitos decorrentes do princípio da vinculação ao instrumento convocatório é a desclassificação ou inabilitação do licitante que não cumprir alguma exigência ou requisito estabelecido no edital. A desclassificação é a exclusão do licitante do processo licitatório, impedindo-o de participar da fase de habilitação das propostas.

A desclassificação pela vinculação ao instrumento convocatório é um procedimento que ocorre em licitações públicas, quando uma empresa participante é excluída do certame por não atender às exigências estabelecidas no edital ou no termo de referência. É uma forma de preservar a igualdade entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O instrumento convocatório é o documento que estabelece as regras e condições para a realização da licitação, sendo composto pelo edital, que contém todas as informações sobre o objeto da licitação, as condições de participação, a forma de apresentação das propostas e os critérios de julgamento, e pelo termo de referência, que estabelece as especificações técnicas e detalhes do objeto a ser contratado.

Ao se inscrever na licitação, as empresas devem se comprometer a cumprir todas as exigências e condições estabelecidas no instrumento convocatório. Caso sejam verificados indícios de descumprimento dessas exigências durante a análise das propostas, a empresa poderá ser desclassificada.

A desclassificação pela vinculação ao instrumento convocatório pode ocorrer nos seguintes casos:

- A) Descumprimento de requisitos técnicos: se a empresa não apresentar os documentos ou informações exigidas no edital ou no termo de referência, ou se apresentar informações incoerentes com o que foi solicitado, poderá ser desclassificada.
- B) Descumprimento de requisitos formais: se a empresa não seguir corretamente as orientações estabelecidas no edital ou no termo de referência quanto à forma de apresentação das propostas, como prazo, formato, envelope lacrado, entre outros, também poderá ser desclassificada.
- C) Descumprimento de exigências legais: caso a empresa não atenda aos requisitos legais estabelecidos na legislação, poderá ser desclassificada.

Em resumo, a desclassificação pela vinculação ao instrumento convocatório é uma medida tomada para garantir a lisura e a transparência das licitações públicas, assegurando que todas as empresas participantes estejam em conformidade com as exigências estabelecidas no edital ou no termo de referência e estejam realmente aptas a realizar o objeto da licitação.



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Conforme exposto e pela leitura dos termos convocatórios, conclui-se que esta municipalidade, buscou confeccionar um edital com base no termo de referência elaborado pela Procuradoria Geral do Município, o qual definiu de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público e de conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservado portanto, o referido interesse público e não o interesse particular. Acontece que, por um lado, a Administração Pública, não pode restringir em demasia o objeto licitado sob pena de frustrar a competitividade. Por outro lado, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude de a própria Administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

Portanto, este agente administrativo, por meio de seus atos durante a condução do certame licitatório, buscando pela imparcialidade e isonomia, com fim de atingir interesse público, desclassificou a proposta da recorrente. No entanto, preceitua a Administração Pública no interesse público pautado nos princípios da proporcionalidade, economicidade, discricionariedade, eficiência, autotutela e uma vez que provocada pela própria recorrente, que assim se manifestou em sua peça de razões recursais: *"A empresa INVISTA BUSINESS, apresentou em sua proposta inicial, um erro material de fácil percepção de qualquer pessoa, em relação do modelo do produto ofertado"*

2 – Da possibilidade de correção da proposta da licitante:

Na maioria dos casos, os órgãos responsáveis pela licitação estabelecem que as propostas dos licitantes são documentos definitivos e não podem ser corrigidos após o prazo de entrega. Isso é feito para garantir a igualdade de oportunidades entre todos os concorrentes e evitar que algum licitante tenha benefícios ou vantagens indevidas.

No entanto, em algumas situações excepcionais, é permitida a correção de erros materiais ou omissões puramente formais nas propostas. Essas situações são tratadas de forma restrita e devem obedecer a critérios rigorosos estabelecidos nas normas e na documentação da licitação.

Em geral, a correção de erros ou omissões só é permitida se não alterar a essência da proposta, ou seja, se não prejudicar a igualdade de oportunidades entre os licitantes. Além disso, a correção normalmente é limitada a erros evidentes e que podem ser comprovados de forma objetiva, sem a necessidade de interpretação ou julgamento subjetivo.

Para fazer uma correção na proposta, o licitante deve notificar formalmente o órgão responsável pela licitação, especificando o erro a ser corrigido e apresentando a justificativa para a correção. É importante ressaltar que a decisão final sobre a aceitação ou não da correção cabe ao órgão responsável pela licitação, que deve analisar a solicitação com base nas normas e nas condições estabelecidas no edital.

9/



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Em resumo, a possibilidade de um licitante corrigir uma proposta em uma licitação é bastante restrita e só é permitida em casos excepcionais, desde que não altere a essência da proposta e não prejudique a igualdade de oportunidades.

3 – Da autotutela administrativa:

E prestigiando pela autotutela nas licitações, o mecanismo legal que permite a Administração Pública reavaliar ou rever seus próprios atos, garantindo, assim, a correção e a transparência no processo licitatório.

Neste sentido, a autotutela é um importante instrumento de controle interno que a Administração possui para aprimorar suas ações e evitar possíveis prejuízos ao erário público. Ela permite que, ao identificar falhas, erros ou ilegalidades nas licitações, a própria Administração possa anular ou revogar atos, realizar correções ou retificações, buscando salvaguardar os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade.

A autotutela nas licitações está amparada pela legislação brasileira, principalmente pela Lei nº 8.666/1993, conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Essa norma estabelece os procedimentos a serem seguidos pela Administração Pública nas contratações de obras, serviços, compras e alienações, e prevê a possibilidade de anulação, revogação ou correção dos atos praticados no processo licitatório.

Além disso, os tribunais de contas também possuem jurisprudências e entendimentos consolidados no sentido de que a autotutela é um princípio geral do direito administrativo, que permite à Administração corrigir, mesmo de ofício, atos que violem outros princípios da Constituição Federal.

Assim, a autotutela nas licitações desempenha um papel fundamental na garantia da legalidade, moralidade e eficiência no âmbito das contratações públicas. Ao permitir que a Administração Pública reavalie seus próprios atos, ela contribui para a melhoria contínua dos procedimentos licitatórios, evitando desvios, fraudes e irregularidades que possam comprometer a lisura e a confiabilidade do processo.

Dessa forma, é importante que a Administração Pública exerça o seu papel de fiscalizadora e promotora do interesse público, utilizando a autotutela como uma ferramenta para aprimorar a gestão e assegurar que as licitações sejam realizadas de forma justa, transparente e em conformidade com a legislação vigente.



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito **dou-lhe provimento**. Ratificando a conformidade e regularidade da sessão pública realizada.

Dê-se deferimento à solicitação de correção de proposta pela licitante INVISTA BUSINESS DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, aprazando nova abertura de sessão pública com fim de saneamento do documento, devendo ser anexado em campo "convocar anexo" no sistema Comprasnet até a nova data da sessão pública.

Aprazo a reabertura de sessão deste pregão para o dia 27/11/2023 (vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três) às 10:00 (dez) horas.

Dê ciência da decisão aos demais concorrentes e interessados da licitação.

Saquarema, 21 de novembro de 2023.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro